

Meio: Jornal Económico

Data: 09-11-2018

ifthenpay Referências Multibanco para a sua empresa www.ifthenpay.com

mercachefe.pt marketplace para profissionais do canal HoReCa

GRÁTIS COM O JORNAL ECONÓMICO Receba com esta edição o Quem é Quem na Advocacia de Negócios em Portugal

NP 1982 9 novembro 2018

JE

O Jornal Económico

www.jornaleconomico.pt

Director Filipe Alves | Director Adjunto Shrikesh Laxmidas | Subdirector Ricardo Santos Ferreira | Director de Arte Mário Malhão | Preço €2,90 (cont.) | Semanário, sai às sextas

EXCLUSIVO

'Amazon da banca' vai contratar 500 pessoas em Portugal

Nikolay Storonsky, CEO da Revolut, revela em entrevista os planos da *fintech* para abrir unidade no nosso país • CEO da Unbabel: "Passo seguinte é a Ásia" • Diretor geral da Farfetch em Portugal: "Temos muito espaço para crescer"

Especial Web Summit, PIV, VI e X



Fisco investiga 256 portugueses por utilização de 'offshores'

Autoridade Tributária identificou mais de três centenas de portugueses nos escândalos Swissleaks, Panama Papers, Malta Files e Paradise Papers. 256 foram inspecionados. Os dados foram revelados ao JE pelas Finanças, após o alerta do sindicato do Fisco sobre operações que não são investigadas. • P5

ET CETERA
APENAS

167

MULHERES
EXERCERAM CARGOS NOS GOVERNOS, PRIMEIRAS-MINISTRAS, MINISTRAS, SECRETÁRIAS DE ESTADO E SUBSECRETÁRIAS DE ESTADO, EM 44 ANOS DE DEMOCRACIA.

1.733

167



BdP envia à Justiça dados do perdão fiscal a Pinho

Suspeita é de que o ex-ministro usou perdão para legalizar dinheiro pago pelo BES. • P8

"Contribuições deviam ser mais controladas que os impostos"

Em entrevista, Rogério Fernandes Ferreira analisa o Orçamento do Estado para 2019 • P4

EDUCAÇÃO INTERNACIONAL
ISEG apresenta estratégia para conquistar mercados • P6

BANCA
BCP duplica lucro para 257 milhões, com crescimento em Portugal • P20

COMBUSTÍVEIS
Kuwait Petroleum entra em Portugal com negócio de 20 milhões • P24

SUCESSÃO
Pedro Castro e Almeida será o próximo CEO do Santander Totta • P3



PUB

BARÓMETRO EY



Página 30

PERSPETIVA

AVENIDA DA LIBERDADE

Herr Rio



FILIPE ALVES
Diretor

O episódio do deputado social-democrata com o dom da ubiquidade trouxe novamente à evidência a forma como o líder do PSD, Rui Rio, encara a atividade política e o papel da imprensa numa sociedade democrática. Ao desvalorizar o assunto, Rui Rio mostrou desprezo pelos eleitores, que não entendem por que razão devem fazer sacrifícios pelo país quando há deputados que não estão à altura da função. E as responder em alemão aos jornalistas que o questionavam sobre o assunto, o líder do PSD revelou desprezo pela comunicação social. Por outras palavras, Rui Rio considera que não tem de prestar esclarecimentos sobre um assunto que, queira ou não, tem interesse público.

Há quem considere estas atitudes do líder do PSD como sintomas de um populismo *soft*, mas na verdade são mais do que isso. Corresponde a uma forma de estar na vida pública que tem longa tradição em Portugal, país que sempre teve um fraquinho por políticos que procuram fazer crer que não o são. Com as devidas diferenças entre si, governantes como Pombal, Salazar e Cavaco deveriam muito do seu sucesso a essa simpatia que uma boa parte do povo português dedica aos homens providenciais e de contas certas, que procuram mostrar-se acima da 'sujidade' da política, nunca cometem erros e - surpresa - lidam mal com a crítica*.

Embora seja duvidoso que o PSD saia a ganhar com isso, o certo é que Rui Rio é um legítimo herdeiro dessa tradição, com as suas ideias fixas, o discurso em economês e as farpas aos jornalistas e à 'corte de Lisboa'. Fazer crer que se é imune a pressões é outro requisito. Conta-se que quando era presidente da Câ-

mara do Porto, Rio terá mandado imprimir uma folha A3 com a palavra "não" escrita em letras garrafais, para a poder erguer sempre que alguém lhe pedisse dinheiro. Verídica ou não, a anedota circula porque todos conseguimos imaginar, sem dificuldade, um Rio maldispósito a receber as pessoas com um "NÃO" impresso em caixa alta.

Mas ainda que apele ao subconsciente do português médio, esta forma de estar na política traz dois problemas difíceis de solucionar.

Em primeiro lugar, deixa transparecer uma concepção da governação que está nos antipodas daquilo que deve ser uma democracia representativa. Ao contrário do que Rui Rio parece entender, não é suposto a democracia ser o governo dos melhores, dos justos e dos puros, que estão acima da espuma dos dias e da agenda mediática, mas antes o governo pelo consenso. Por esta razão, o preço da democracia é o risco de virmos a ser governados por pessoas menos capazes e honestas do que gostaríamos. Mas pagamos coletivamente este preço porque as alternativas - falta de liberdade e uma eventual transição violenta do poder - seriam ainda piores.

Em segundo lugar, quando nos arvoramos em puros e justos, convém estarmos rodeados de pessoas que vivam de acordo com esses exigentes padrões. Quem promete "banhos de ética" tem de estar disposto a dar banhos desses na sua própria casa. Caso contrário, é preferível estar calado. *

(*) - José Sócrates e Pedro Passos Coelho reúnem também algumas das características descritas. Mas não os incluo na lista porque o primeiro nunca escondeu que é político profissional; e porque o segundo sempre demonstrou 'fair play' face à crítica e respeitou o papel da imprensa.

NESTA EDIÇÃO

O Quem é Quem na advocacia de negócios em Portugal e o caderno Et Cetera com um trabalho sobre a paridade nos governos desde 1974



ET CETERA



AINDA NESTA EDIÇÃO

O Educação Internacional, com a notícia da estratégia de internacionalização do ISEG e o Especial dedicado à Web Summit



4

PROTAGONISTA

Rogério Fernandes Ferreira salienta no OE 2019 a estabilidade fiscal, que pautou os exercícios orçamentais nesta legislatura. Mas, em entrevista crítica, por exemplo, o recurso às contribuições, que, no seu entender, deveriam ser controladas



ECONOMIA & POLÍTICA

- 6 Fisco investiga 343 portugueses suspeitos de ocultação em 'offshores'
- 8 Banco de Portugal enviou ao Ministério Público dados de perdão fiscal a Manuel Pinho
- 10 BE unido quer ser "força de Governo" em 2019

MUNDO

- 16 Sanções ao Irão: parceiros tentam estancar possível crise petrolífera

EMPRESAS

- 18 'Startup' da Central de Cervejas lança marca mais antiga de Lisboa
- 20 Miguel Maya: "Não há incentivos para vender obrigações do Sporting"
- 22 Science4You aumenta capital para reforçar 'e-commerce'

- 24 Kuwait Petroleum entra em Portugal com negócio de 20 milhões

ESPECIAL

- 26 Estratégia focada nos "clusters de rápido crescimento"

MERCADOS & FINANÇAS

- 30 Entrevista a Chris Jones, Presidente da Dragonscale e co-fundador da Blockchain Seattle Conference

ADVISORY

- 34 Entrevista a Pedro Metello de Nápoles, sócio coordenador da área de prática de arbitragem da PLMJ

DESPORTO

- 36 O jogo de futebol que "distrai" uma Argentina em crise



PROTAGONISTA

ENTREVISTA **ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA** Sócio fundador da RFF Advogados

“Não é através do sistema fiscal que se resolvem os problemas da economia portuguesa”

Fernandes Ferreira salienta no OE2019 a estabilidade fiscal, que pautou os exercícios orçamentais nesta legislatura. Mas critica, por exemplo, o recurso às contribuições, que deveriam ser controladas.

**RICARDO SANTOS FERREIRA
E ANTÓNIO VASCONCELOS
MOREIRA**
rferreira@jornaleconomico.pt

Na semana em que o Orçamento do Estado para 2019 começa a ser discutido na especialidade, na Assembleia da República, Rogério Fernandes Ferreira, sócio fundador da RFF Advogados, especialista em Direito Fiscal e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no governo de António Guterres, é o convidado do programa “Decisores” do JE, que é transmitido à sexta-feira, às 11h00, através do site e das redes sociais do Jornal Económico.

Como podemos definir este OE? É de risco ou prudente, como tem vindo a dizer o Governo?

Diz que é um orçamento anódino, isto é, assemelha-se a um medicamento que procura atenuar a dor do passado. Esta será a função política do OE2019. Por um lado, procura dar a ideia de que repõe rendimentos, mas, por outro, não diminui os impostos. Ainda assim, garante a estabilidade fiscal, o que é de louvar. É um orçamento inofensivo, no sentido em que não promove, felizmente, nenhuma reforma estrutural do sistema fiscal.

Assenta num crescimento mais optimista do que o das instituições internacionais. Como o analisa?

A previsão do Governo está tendencialmente em sintonia com as previsões das instituições internacionais. Comparativamente com orçamentos anteriores, os números do OE2019 são bons.

No confronto com as previsões do FMI, as estimativas do OE2019 são otimistas, havendo uma diferença de quatro décimas, isto é, uma diferença de cerca de 800 milhões de

euros. No que diz respeito ao crescimento previsto, tanto o FMI como a CE são pessimistas [depois desta entrevista, a CE reviu em baixa a previsão de crescimento da economia portuguesa para 2019, para 1,8%, igualando a do FMI]. Em relação ao desemprego, a diferença com a estimativa da OCDE não é muito relevante. Por isso, creio que os números do OE2019 são bons. Talvez se pudesse dizer que a dívida pública deveria diminuir mais depressa, que o crescimento fosse maior e que a taxa de desemprego fosse mais baixa, mas os números apresentados pelo Governo não divergem muito dos que foram apresentados pelas instituições internacionais.

Tudo vai depender do crescimento do PIB. Neste ponto, o problema reside na comparação com outros países europeus, que crescem a um ritmo superior.

Esta legislatura foi mais estável do que outras em matéria fiscal? É curioso verificar que o programa de governo do Partido Socialista tinha uma diretriz sobre a estabilidade fiscal ao nível da política orçamental. Neste aspeto, temos de re-

conhecer que esta legislatura tem sido exemplar. Como já disse, as medidas fiscais do OE2019 são poucas e pouco relevantes, mas julgo que isto é de louvar, porque é algo que não aconteceu nos últimos 40 anos e porque as reformas fiscais não se podem fazer em sede orçamental. É passo a explicar: o processo legislativo do orçamento não é igual aos restantes processos legislativos e é muito rápido e mal controlado. Portanto, diria que é perigoso fazer reformas fiscais com orçamentos que são, muitas vezes, propostos pela Administração Tributária e mal controlados pelos gabinetes dos secretários de Estado e ainda pior controlados pelos deputados. Em síntese, é de louvar esta legislatura e o OE2019 por cumprirem com a estabilidade fiscal prevista no programa de Governo.

Temos estabilidade fiscal, mas será que o OE2019 reforça a competitividade da economia portuguesa?

Há uma questão prévia em saber se, de facto, a fiscalidade é o instrumento certo para aumentar a competitividade da economia portuguesa. Os sistemas fiscais têm essencialmente dois objetivos que estão previstos pela Constituição: em primeiro lugar, destinam-se a servir as necessidades públicas; em segundo lugar, servem para cumprir objetivos extra-fiscais. É curioso verificar que na versão inicial da Constituição de 1976, estes objetivos estavam consagrados inversamente. Os sistemas fiscais, hoje em dia, são primordialmente um mecanismo de angariação de receita; só em segundo lugar é que servem para redistribuir riqueza. Por isso, há que ter a noção de que não é através do sistema fiscal que se resolvem os problemas da economia e não é sequer o instrumento mais adequado. É evidente que pode ajudar, não tanto através das medidas

que são estabelecidas, mas pela estabilidade e segurança que promove junto dos investidores.

Nesse sentido, o OE2019 é amigo do investimento?

Não vejo nenhuma medida para destacar além da estabilidade fiscal que, se calhar, até é o mais importante para atrair investimento. Em relação ao investimento privado, não creio que haja nenhuma medida muito relevante.

Temos o fim do Pagamento Especial por Conta [PEC], que pode ser visto como um sinal positivo para as empresas, mas depois temos o agravamento das tributações autónomas. As empresas ficam melhor com este OE?

Há uma tentativa de dar um sinal de desanuviamento fiscal através do PEC. Sou cético em relação a esta medida, porque o PEC foi criado numa situação que, infelizmente, ainda hoje se mantém: como a maior parte das empresas não paga impostos, o PEC surge como um sucedâneo para que paguem alguma coisa. Por isso, acho que é um sinal muito negativo. Em relação à norma que é criada, creio que levanta questões, porque parece estar a criar uma espécie de “imposto sancionatório” às empresas que não fazem a regularização tributária de situações passadas. Até do ponto de vista da sua construção é duvidoso que a norma esteja correta. É uma medida mais de âmbito político do que direcionada para resolver problemas ao nível do investimento.

Já as tributações autónomas, pretendem ser um sucedâneo dos impostos sobre o rendimento, no sentido de colmatar fugas ao fisco. Como as empresas fogem ao pagamento do IRC, há um sucedâneo através da tributação da despesa. Mas efetivamente não deixam de ser impostos

“

As novas contribuições são impostos como os outros, por isso, deviam ter um controlo se calhar até superior aos verdadeiros impostos

Cristina Bencab



sobre a despesa e não impostos sobre o rendimento. De alguma forma, as duas medidas são contraditórias porque com a extinção do PEC pretende-se a tributação do lucro real, enquanto com o agravamento das tributações autónomas vai-se substituir a tributação sobre o lucro real pela tributação sobre a despesa. Por isso, eu diria que as duas medidas são absolutamente antagónicas.

Há uma tendência das empresas pagarem mais coimas e contribuições ao Estado. Como é que encara esta tendência?

O professor Teixeira Ribeiro distinguia as finanças públicas das finanças privadas dizendo que, nas primeiras, são as despesas que determinam as receitas e, nas segundas, são as receitas que determinam as despesas. O Estado tem um instrumento a seu favor que o setor privado não tem, ou seja, o Estado estabelece o montante da despesa que pretende fazer e depois encontra a receita com enorme facilidade através de impostos ou, quando não há essa facilidade, com recurso às contribuições. Nos anos 50 e 60, o professor Sousa Franco falava muito da para-fiscalidade, que sobrevoava a fiscalidade propriamente dita, porque esta estava sujeita a algumas regras, nomeadamente os princípios da legalidade e da necessidade de inscrição orçamental, portanto, a necessidade de passar pelo Parlamento e pelos deputados. Devido a algumas interpretações por parte de alguns professores e juristas sobre estas matérias, surgiu uma nova fiscalidade a que se dá o nome de "contribuições financeiras", que são receitas cobradas a um núcleo mais restrito de sujeitos passivos com o argumento de que causam umas externalidades especiais, [mas] não deixam de ser impostos; as novas contribuições são impostos como os outros, geram receitas e servem para satisfazer necessidades públicas, por isso, estas contribuições deviam ter um controlo se calhar até superior aos verdadeiros impostos. A Constituição e a Lei Geral Tributária dizem que deverá ser aprovada uma lei geral sobre este tipo de contribuições. Há pouco controlo e há um aproveitamento deste enquadramento para se criar uma catadupa de contribuições que atingem valores semelhantes a impostos como o IRC. Neste aspecto, o OE2019 é curioso, porque ainda cria mais duas contribuições além de manter outras que são intituladas de "extraordinárias" desde a sua criação, numa época em que se justificava serem extraordinárias, em 2014, mas que se mantêm com a mesma denominação quando são hoje parte da receita ordinária.

Estas contribuições aumentam com um menor controlo efetivo por se entender que tinham outras regras, diferentes daquelas que regem os impostos, quando, na realidade,

não há nenhuma justificação para que assim seja. Quando se estudavam os tributos para-fiscais, dizia-se que esses tributos não tinham natureza própria, podendo ser tratados como impostos ou como taxas. Se fossem impostos, tinham que observar as regras dos impostos, nomeadamente a inscrição orçamental para poderem ser cobrados e a necessidade de aprovação parlamentar para que pudessem existir.

Estas contribuições notam-se menos do que os impostos e, entre estes, temos assistido a uma preferência pelos indiretos.

As contribuições não deixam de ser sentidas, são sentidas por um núcleo mais restrito de sujeitos passivos. Nessa medida, passam melhor, porque "quem não paga, não refila". A crise trouxe uma aproximação dos impostos diretos aos impostos indiretos, porque os primeiros sofreram um enorme aumento. O IRS aproximou-se do IVA ao nível da receita. Não há dúvida que o IRS, que é o imposto onde a justiça fiscal se materializa, aumentou. A questão reside em saber se o IRS, tal como está, e tendo em conta a receita que gera, se permite essa justiça redistributiva. Eu acho que o faz cada vez menos, nomeadamente por causa do nível das taxas que incidem sobre os escalões de rendimentos relativamente baixos e, aqui, o IRS torna-se mais proporcional do que progressivo. Não sei se em sede de IRS se consegue alcançar a justiça redistributiva, também porque existem taxas liberatórias e taxas especiais para categorias inteiras ou para partes de rendimentos.

O IRS tornou-se uma efetiva manta de retalhos e não é através dele que se consegue alguma justiça. Além disso, a própria economia está a mudar e os problemas serão outros – vão ser problemas que se prendem com a economia digital ou com a economia de partilha. E, se calhar, estamos à porta de uma reforma fiscal que tenha em consideração destas novas realidades que o IRS não tem em consideração.

Agora, a tendência do aumento dos impostos indiretos não é só uma tendência portuguesa, porque também ocorre noutros países – em Espanha, por exemplo, o IVA também tem aumentado.

O que nos permitiu alcançar uma maior competitividade.

Foi sorte, porque Portugal deve ser o único país da União Europeia que, para chegar à Europa, tem de passar por cima de outro. Portanto, Portugal não pode, do ponto de vista fiscal, ignorar Espanha; sempre que haja uma diferença do IVA ou de outros impostos indiretos, Portugal tem de ter essa diferença em consideração, embora nos últimos tempos não o tenha feito. Esta situação verifica-se, por exemplo, no caso dos impostos sobre os combustíveis

ou sobre o tabaco; por isso, não é de estranhar que a fraude ou a evasão fiscal aumentem em Portugal.

Felizmente, Espanha tem aumentado a taxa do IVA e assim a diferença entre os dois países tem diminuído.

Na estrutura de receitas que o OE2019 prevê, o que é que lhe chama a atenção?

Nada de especial. O IRS e o IRC têm um aumento de 1%, o que é plausível, tendo em conta as diversas medidas tomadas no ano anterior. O IVA tem um aumento de 4,3%, uma previsão que me parece razoável. Curiosamente, os impostos sobre veículos têm aumentos estranhos, mas que, provavelmente, têm uma explicação: o ISV [impostos sobre veículos] tem um aumento de 2,3% e o IUC [imposto único de circulação] tem um aumento de 9,1%, com o argumento de ser expectável o aumento do parque automóvel nacional. Não se percebe bem esta razão. O imposto do selo tem um aumento de 6,8% e entende-se que assim seja, porque há claros desincentivos ao consumo e que me parece uma medida bastante positiva.

Para mim, o mais interessante e talvez o que tem sido mais esquecido é uma rubrica "outros", [que é] um claro exemplo da opacidade das contribuições. Estas contribuições não estão especificadas quando, na realidade, os impostos têm de estar todos especificados no orçamento para poderem ser cobrados. Neste contexto, o professor Sousa Franco falava numa tipicidade qualitativa das receitas, ou seja, para um imposto poder ser cobrado tem de constar do orçamento o seu nome e a previsão da sua receita. Ora estas contribuições aparecem perdidas entre receitas de fundos ou nestas categorias de "outros" que ninguém sabe quanto é que geram – provavelmente dentro desta rubrica cabe a CESE [contribuição extraordinária sobre o sector energético], que é uma contribuição, que aumenta 24%.

Em relação ao IRS, tem-se falado na alteração das tabelas de retenção para reduzir a almofada de financiamento do Estado, que deve ser da ordem dos 600 milhões. É com este OE2019 que o processo se vai iniciar?

Acho que não, porque este OE2019 é um orçamento de caixa e, por isso, é difícil para um governo transferir receita de um ano para o outro. Tive pena que no ano passado não se tenha aproveitado a folga orçamental para isso. Politicamente isso não foi feito e até acho que há aqui um imposto oculto de valores impensáveis e próximos dos impostos mais importantes do nosso sistema fiscal. Em relação às questões das retenções na fonte, acho que são medidas positivas. Correspondem a afinações que, não sendo medidas estruturais, são de aplaudir. ●